

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
PROMOVER CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, POR
EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DE 01 (UM) TÉCNICO
EM ENFERMAGEM PARA O PROGRAMA DE SAÚDE DA
FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, em quantidade, função, carga horária e vencimento mensal a seguir discriminado:

QUANTIDADE	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS
01	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	35 horas semanais	1.690,31

§1º – As atribuições do cargo são: assistir ao enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes; prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e em programas de vigilância epidemiológica; prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde; participação nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de área de risco e participação nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho; executar atividades de assistência de enfermagem, excetuadas as privativas do enfermeiro; integrar a equipe de saúde; prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave, sob supervisão direta ou à distância do profissional enfermeiro; participar de programas de treinamento e aprimoramento profissional, especialmente em urgências/emergências; realizar manobras de extração manual de vítimas; Participar das atividades de assistência integral à saúde do indivíduo, da família e da comunidade; Participar da prevenção e controle das doenças transmissíveis, atuando em bloqueios, vacinando, coletando e notificando dados epidemiológicos; Realizar serviços de enfermagem, proporcionando conforto e higiene aos pacientes, verificando sinais vitais, administrando medicamentos, realizando curativos e outras tarefas necessárias; Elaborar relatórios, registrando as atividades realizadas, para o controle do atendimento do serviço de enfermagem; Esterilizar equipamentos e instrumentos com o objetivo de assegurar suas condições de uso, controlando sua utilização de acordo com as necessidades do serviço; Controlar e distribuir medicamentos aos pacientes em tratamento especializado; Executar outras tarefas correlatas.

§2º. A contratação referida no “caput” deste Artigo será para exercer atividades inerentes ao cargo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de até 06 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período, sendo que, constituirá causa especial de rescisão contratual, antes do prazo previsto, o retorno do servidor titular ao serviço mediante autorização médica.

§3º. A contratação de que trata a presente Lei será baseada na convocação dos candidatos aprovados no concurso público vigente para o cargo.

Art. 2º - Justifica-se a presente contratação em razão da servidora titular do cargo estar em licença saúde, causando desfalque no quadro.

Art. 3º - O(A) contratado(a) deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:

I - carteira de identidade;

II – CPF;

III - Título de eleitor com comprovante da última eleição;

- IV - certidão de nascimento ou casamento;
- V - certificado de reservista (se do sexo masculino);
- VI - certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos;
- VII - atestado médico de aptidão;
- VIII - uma (01) foto 3x4;
- IX – comprovante de registro junto ao COREN;
- X – comprovante de regularidade perante o conselho de classe respectivo.

Art 4º - O contrato será de natureza administrativa, ficando assegurado ao contratado os seguintes direitos:

- I - jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno, e gratificação natalina proporcional, nos termos desta Lei;
- II - férias proporcionais, ao término do contrato;
- III - inscrição em sistema oficial de previdência social.
- IV. reajustes no mesmo índice e tempo que os concedidos aos servidores do quadro efetivo;

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei, será atendida por conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º - As demais disposições das relações entre contratante e contratados serão estabelecidas em instrumento contratual próprio, discriminando as formas de rescisão administrativa e unilateral do instrumento contratual autorizado pela presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE UBIRETAMA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 02 DE JUNHO DE 2015.

CELSO WIEDE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

JADIR ANTONIO CZAPLA
Secretario Municipal da Administração

<p style="text-align: center;">PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE UBIRETAMA CFE LEI 724/2006 - MURAL</p> <p style="text-align: center;">____/____/____ A ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">SECRETARIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO JADIR A. CZAPLA</p>
--